

Bispo responde a acusações sobre Sagarana

“Sagarana: Igrejas brigam em Rondônia por terra indígena” é título de matéria publicada pelo semanário carioca “O País”, de 29 de maio último, de Lilian Newlands, onde levanta sérias acusações contra a atuação da Diocese de Guajará-Mirim junto aos índios. As informações constam no relatório feito pelo antropólogo e jornalista Mauro de Melo Leonel Jr., da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, redigido em 1984 e, segundo a matéria, “inexplicavelmente jamais publicado oficialmente”. Sagarana é uma colônia agrícola localizada na Baía da Coca, a 250 quilômetros de Guajará-Mirim, em Rondônia. Lá, vivem cerca de 150 índios, a maioria representante das Pakaanova, que se autodenominam Oro-Wari. Em 1966, a Diocese (na época Prelazia) recebeu as terras, hoje denominadas Sagarana, para onde foram recolhidos índios doentes que, depois de curados, permaneceram lá, transformando-a em “aldeia indígena”. Entre os vários tópicos que Mauro Leonel levanta em seu relatório, ele ressalta que “é curiosa a posição da Operação Anchieta (Opan) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), sempre alertas a denunciar, e na maioria dos casos com razão, as omissões da Funai. Ao mesmo tempo, o Cimi fica intimidado e calado diante da ação de sua mesma igreja em Sagarana”. Em entrevista ao Porantim, o Bispo de Guajará-Mirim, dom Geraldo Verdier, contrapõe algumas das acusações feitas pelo antropólogo.



Hegon D. Heck

“Nosso cuidado é continuar a compreender melhor a cultura dos Ori-Wari”

A matéria inicia dizendo que “depois de 30 anos de silêncio e sigilo, o bloqueio erguido em torno de uma das mais difíceis áreas de penetração amazônica foi furada e desvendada pelo antropólogo Mauro Leonel Jr.”. Segundo dom Geraldo, não passa um mês sem que a Diocese receba pessoas da Funai, do Cimi e outros órgãos e entidades. “Elas fazem todas as perguntas desejadas, recebem documentação e visitam Sagarana quando querem, sem serem vigiadas por ninguém”.

Em seguida a própria autora da matéria confessa que não se conhece a forma que encontrou Mauro Leonel para permanecer em Sagarana o tempo suficiente para elaborar o relatório. O pessoal daquela área, diz o bispo, apenas lembra de um certo Leonel que passou quatro horas no local. “Se for o mesmo do famoso relatório, pode-se imaginar a seriedade daquela fonte de informações sobre a qual Lilian Newlands especula. Em tudo isso falta muita seriedade”.

Mauro Leonel, em seu relato, define Sagarana como “fruto de uma guerra religiosa travada entre missionários protestantes das New Tribes Missions e católicos ligados à Ordem dos Franciscanos”. A igreja católica, esclarece o bispo, apenas lamenta que os missionários protestantes das New Tribes não valorizem a cultura indígena — lendas, cantos e danças — e se preocupam quase que exclusivamente com a “evangelização” dos índios. “É pena que esses missionários nada comuniquem nem à Funai, nem aos irmãos católicos, de seus avançados trabalhos lingüísticos. No mais, vivemos na maior paz”. As New Tribes congregam várias igrejas evangélicas de origem norte-americana e é “conhecida” por querer convencer os índios de que seus problemas só serão resolvidos quando se tornarem cristãos.

POSSE DE TERRA

Com relação à evangelização em Sagarana traduzida pelo antropólogo como “trabalho de conversão, onde as tradições dos índios são combatidas, as festas e a chicha proibidas”, dom Geraldo conta que, em 20 anos de presença na área, a igreja não batizou praticamente ninguém, apesar dos pedidos reiterados dos próprios índios. “Nosso cuidado é continuar a aprendizagem da língua, com a valorização dos mitos e lendas que nos ajudam a compreender melhor a cultura dos Ori-Wari. Portanto, as acusações de falta de respeito à cultura dos indígenas são absolutamente improcedentes”.

O bispo contesta veemente os dados históricos levantados por Leonel quando ele afirma que a Prelazia de Guajará-Mirim apossou-se das terras que “pertenceriam aos índios”. Leonel diz o seguinte: “Desde 1968, como não conseguiu regularizar a posse das terras, dividiu-se sempre entre titular parte da terra como sua propriedade, e titular o restante para os índios, como se fossem

possesores, ou então convidá-los a se integrarem nas áreas indígenas demarcadas na região (...) Não pretendendo tornar Sagarana terra indígena, continua o relatório, a Prelazia viu a colônia reduzida, de seus 30 mil hectares iniciais para 10 mil. Dois terços foram requisitados pelo Incra em proveito de projetos de colonização. Na verdade a perda não foi da Prelazia, mas sim das comunidades indígenas que ocupavam imemorialmente, e dos trazidos por ela que, através de usucapião tornaram-se ocupantes da área”.

De acordo com dados de dom Geraldo, em 1952 a sociedade civil “Patronato São Judas Tadeu” comprou das herdeiras de Tancredo Matos uma área de 34.800 hectares destinada à fundação de uma escola rural para órfãos e jovens abandonados de Guajará-Mirim. Aquele estabelecimento foi chamado Núcleo de Recuperação de Elemento Humano. Após breve existência, a referida escola encerrou suas atividades idealistas e insustentáveis, por causa da distância da cidade e dos recursos insuficientes. As terras do patronato ficaram entregues às capivaras e não havia índio algum naquela área, em parte alagadiça.

O bispo esclarece ainda que em 1966 a Prelazia recebeu os 34.800 hectares em doação daquele patronato para oferecer um lugar seguro a algumas famílias Oro-Wari doentes do Posto Indígena Ribeirão, onde muitos índios morriam de sarampo, tuberculose e até meningite. O então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) havia proibido a entrada àquele Posto a dom Roberto e ao padre médico da Prelazia. Segundo dom Geraldo, foram os próprios índios que escolheram o local denominado Sagarana, dentro da área doada à Prelazia, ocupando efetivamente os 10 mil hectares, hoje reivindicados por eles.

“A Prelazia nunca pretendeu ser latifundiária, por isso não tentou segurar os 24.800 hectares restantes que o Incra loteou para os brancos instalados em Surpresa, povoado nascido na Boca do Guaporé. A mesma Prelazia, hoje Diocese de Guajará-Mirim, sempre esteve ao lado dos índios para proteger seus 10 mil hectares cobijados pelos brancos”.

Os índios de Sagarana têm um documento da Diocese, com firma reconhecida, que garante a posse exclusiva destes 10 mil hectares até que o problema jurídico da propriedade seja definitivamente resolvido a favor deles.

Por fim, o relatório acusa a Diocese de explorar a presença indígena para obter recursos financeiros do exterior. O bispo esclarece que foi solicitada ajuda dos católicos franceses e alemães, como fazem inúmeras igrejas do Brasil, para os objetivos bem concretos e limitados como compra de trator, de barcos a motor, de 27 cabeças de gados, que hoje são mais de 200. “O grande objetivo, que está progressivamente sendo alcançado, é a autonomia econômica dos índios, pois eles não devem mais ser obrigados a “mendigar a quem quer que seja”, finaliza dom Geraldo.